

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



MENSAGEM Nº 83 / 2017.

PROTOCOLO
Divisão das Comissões

Proj. de Lei nº _____

Proj. de Lei Comp. nº 939/2017

Resolução _____

Decreto Legislativo _____

Emenda _____

Data 05 09 17 por 10.00h

AOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Honrado pela oportunidade de dirigir-me a Vossas Excelências, apresento meus cumprimentos, ao mesmo tempo em que submeto a apreciação e votação, o incluso Projeto de Lei Complementar em anexo, que *"Disciplina a instituição, cobrança, arrecadação e administração da Contribuição para Custeio da Iluminação Pública (COSIP), prevista no artigo 149-A, da Constituição Federal"*.

O Projeto de Lei Complementar em tela, tem por objetivo a alteração da base de cálculo da COSIP-CIP, que constitui fato gerador o consumo de energia elétrica por pessoa natural ou jurídica, mediante ligação regular de energia elétrica, bem como por sua utilização potencial pelos imóveis não utilizados.

Importante frisar que a base de cálculo será o resultado do rateio do valor obtido por meio do Custo Mensal do Serviço de Iluminação Pública – CIP, tendo como unidade de referência a razão de 3.622053992286816 UPF's (Unidade Padrão Fiscal), para tanto se faz mister a alteração de legislação pertinente.

Desta feita Nobre Vereadores, em virtude das razões apresentadas, atento à importância da matéria em tratativa, razão pela qual submeto à apreciação e votação de Vossas Excelências, pelo que rogo por sua aprovação, antecipando sinceros agradecimentos, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

Porto Velho, 01 de Setembro de 2017.


HILDON DE LIMA CHAVES
Prefeito



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



PROTOCOLO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 36, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017.

Proj. de Lei nº _____

Proj. de Lei Comp. nº 939/2017

Resolução _____

Decreto Legislativo _____

Emenda _____

Data 05/09/17 Horário 10:00hs

"Institui a Contribuição para Custeio da Iluminação Pública (COSIP), e Revoga a Lei Complementar nº 153, de 26 de dezembro de 2002 e dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso IV, do artigo 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho e Art. 149-A, da Constituição Federal de 1988.

FAÇO SABER que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO** aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. Fica instituída no Município de Porto Velho a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP).

Parágrafo único. Considera-se serviço de iluminação pública aquele destinado a iluminar, em caráter universal, vias, logradouros e outros locais públicos de uso comum, assim como executar atividades acessórias de instalação, manutenção e expansão da respectiva rede de iluminação.

Art. 2º. São contribuintes da COSIP:

I - o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel localizado no território do Município que possua ligação de energia elétrica regular fornecida por concessionária distribuidora; e

II - o proprietário de imóvel não edificado que não possua unidade medidora.

Art. 3º. Constitui fato gerador da COSIP a iluminação pública de vias, logradouros e de locais públicos de uso comum pelo Município.

Art. 4º. A base de cálculo da COSIP corresponderá ao gasto do serviço de iluminação pública a ser objeto de rateio entre os contribuintes.

Parágrafo único. Integram o gasto a que se refere o *caput* deste artigo:

I - despesas com a energia elétrica consumida pelos serviços de iluminação das vias, logradouros e demais locais públicos de uso comum do povo;

II - despesas com instalação, administração, operação, manutenção e melhoramentos do sistema de iluminação pública;

III - investimentos e despesas com a expansão do sistema de iluminação pública;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



IV - despesas com instalações provisórias para realização de serviços ou eventos públicos;

V - investimentos e despesas com instalação de rede elétrica para zonas ou imóveis de interesse social.

Art. 5º. O lançamento e a exigência da Contribuição para o custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP), individualizada por bem imóvel, serão efetuados:

I – mensalmente, para os consumidores residenciais e não residenciais de energia elétrica, e lançada na respectiva fatura mensal emitida pela concessionária distribuidora;

II – anualmente, para os proprietários de imóveis não edificadas, com vencimento em 31 de março de cada ano.

Parágrafo Único. A critério da Administração Pública, a cobrança da COSIP que dispõe o inciso II do *caput* deste artigo, poderá ser enviada com o carnê do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Art. 6º. O valor da COSIP será fixado em conformidade com a classe de consumidores e sua respectiva faixa de consumo:

I – Consumidores Residenciais Urbanos:

- a) 0-30 kWh/mês: ISENTO
- b) 31-50 kWh/mês: R\$ 2,03;
- c) 51-100 kWh/mês: R\$ 4,31;
- d) 101-200 kWh/mês: R\$ 7,61;
- e) 201-500 kWh/mês: R\$ 25,36;
- f) 501-1000 kWh/mês: R\$ 38,04;
- g) 1001-1500 kWh/mês: R\$ 58,32;
- h) Acima de 1500 kWh/mês: R\$ 86,22.

II – Consumidores Residenciais Rurais:

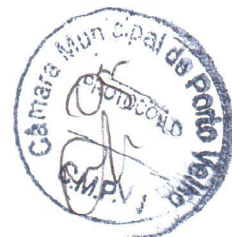
- a) 0-100 kWh/mês: ISENTO
- b) 101-200 kWh/mês: R\$ 7,61;
- c) 201-500 kWh/mês: R\$ 25,36;
- d) 501-1000 kWh/mês: R\$ 38,04;
- e) 1001-1500 kWh/mês: R\$ 58,32;
- f) Acima de 1500 kWh/mês: R\$ 86,22.

III – Consumidores Não Residenciais (Comércio, Indústria, Prestadores de Serviços, Serviços Públicos e Congêneres):

- a) 0-30 kWh/mês: R\$ 0,76;
- b) 31-50 kWh/mês: R\$ 1,78;
- c) 51-100 kWh/mês: R\$ 12,68;
- d) 101-200 kWh/mês: R\$ 25,36;
- e) 201-500 kWh/mês: R\$ 50,72;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



- f) 501-1000 kWh/mês: R\$ 76,07;
- g) 1001-1500 kWh/mês: R\$ 101,43;
- h) Acima de 1500 kWh/mês: R\$ 126,79.

IV – Consumidores Não Residenciais Primários:

- a) 0-200 kWh/mês: R\$ 0,76;
- b) 2001-5000 kWh/mês: R\$ 1,78;
- c) 5001-10000 kWh/mês: R\$ 12,68;
- d) 10001-50001 kWh/mês: R\$ 25,36;
- e) Acima de 50001 kWh/mês: R\$ 50,72.

V – Proprietários de Imóveis não edificadas, com testada, em metro

linear:

- a) De até 10 m: R\$ 50,72;
- b) Acima de 10m a 30m: R\$ 126,79;
- c) Acima de 30m a 50m: R\$ 190,19;
- d) Superior a 50m: R\$ 253,58.

§ 1º. Considera-se Consumidor Não Residencial Primário, aquele cujo estabelecimento encontra-se ligado à rede que possua tensão superior a 13,8 kV (kilovolts).

§ 2º. Sem prejuízo do disposto nesta Lei Complementar, a determinação da classe/categoria de consumidor observará as diretrizes da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), ou outro órgão regulador que vier a substituí-la;

§ 3º. Os valores da contribuição serão atualizados anualmente pelo mesmo índice e com a mesma periodicidade que a UPF (Unidade Padrão Fiscal) do Município de Porto Velho.

Art. 7º. Fica a concessionária distribuidora de energia elétrica responsável pela cobrança e recolhimento da COSIP, bem como pela transferência do montante arrecadado para a conta do Tesouro Municipal.

§ 1º. O produto da arrecadação da COSIP é vinculado exclusivamente ao custeio do serviço de iluminação pública.

§ 2º. A eficácia do disposto no *caput* deste artigo, será assegurada por meio de convênio ou contrato a ser celebrado entre a Administração Municipal e a concessionária distribuidora de energia elétrica, respeitadas, no que couber, as determinações da ANEEL.

§ 3º. O convênio ou contrato a que se refere o § 2º deste artigo deverá, obrigatoriamente, prever:

I – o repasse do saldo de todos os recursos arrecadados com a COSIP para o Fundo Municipal de Iluminação Pública (FUMIP);

II - a retenção dos valores necessários ao pagamento da energia fornecida para a iluminação pública e daqueles fixados para remuneração dos custos de arrecadação;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



III - o recolhimento aos cofres municipais do valor do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), incidentes sobre as atividades de cobrança dos recursos da COSIP.

§ 4º. O valor da COSIP não recolhido no vencimento será atualizado monetariamente, e acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, e multa de 2% (dois por cento), incidentes sobre o valor principal da contribuição.

Art. 8º. Fica instituído o Fundo Municipal de Iluminação Pública (FUMIP), de natureza contábil, orçamentária e administrativa, vinculado a Secretaria Municipal de Fazenda, para fins de administração e gestão da aplicação dos respectivos recursos.

§ 1º. O saldo remanescente do Fundo Municipal de Iluminação Pública criado pela Lei Complementar nº 153/2002, será incorporado ao FUMIP, instituído pela presente Lei Complementar.

§ 2º. Compete ao Conselho de Recursos Fiscais, órgão colegiado de deliberação superior vinculado a Secretaria Municipal de Fazenda, o julgamento de impugnações e recursos administrativos pertinentes ao lançamento da COSIP.

Art. 9º. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei Complementar no que for necessário a sua fiel execução.

Art. 10. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar nº 153, de 26 de dezembro de 2002, e suas alterações, a partir de 1º de janeiro de 2018.